

Audiência para debater PPP dos estacionamentos é aprovada

Assunto:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Debate sobre transporte coletivo suplementar teve data e horário definidos; oito PLs foram apreciados | Foto: Mila Milowski

A contratação de parcerias público-privadas para a construção e gestão de estacionamentos subterrâneos em Belo Horizonte, alvo de polêmicas entre a Prefeitura e a oposição, será debatida em audiência pública na Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal. O requerimento foi aprovado na reunião ordinária do colegiado nesta quarta-feira (4/3), que apreciou ainda os pareceres dos relatores a oito projetos de lei, todos em 1º turno. Entre eles, a proibição de uso de celulares em salas de aula recebeu parecer favorável.

Requerida pelo vereador Arnaldo Godoy (PT), a audiência pública tem a finalidade de reunir BHTrans, secretarias municipais de Planejamento, Orçamento e Informação e adjunta de Regulação Urbana, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG) e Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para debater aspectos econômicos e urbanísticos da implantação dos estacionamentos subterrâneos previstos pela Prefeitura de BH. Além disso, estará em pauta o modelo de gestão desses equipamentos e dos estacionamentos públicos superficiais, denominados Faixa Azul, por meio de concessões a parceiros privados. A reunião foi agendada para o próximo dia 18 de março, às 13h30, no Plenário Helvécio Arantes.

O presidente da comissão, Bruno Miranda (PDT), e os vereadores Juninho Paim (PT), Heleno (PHS), Reinaldo Preto Sacolão (PMDB) e Juliano Lopes (SD) também agendaram a data da audiência pública requerida por este último, que vai discutir o transporte coletivo suplementar em Belo Horizonte. O encontro será no dia 25 de março, às 10h, no Plenário Amyntas de Barros.

Escolas municipais

Acatando a argumentação do autor, que aponta desatenção e queda no rendimento dos alunos geradas pelo acesso à internet e às redes sociais durante as aulas, foi aprovado na comissão o [PL 1298/14](#), assinado pelo Dr. Nilton (PROS), que proíbe o uso de aparelhos celulares ou similares em sala de aula nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, sujeitando o infrator à apreensão do equipamento.

Com vistas a informar e conscientizar sobre os riscos e malefícios do uso do crack, prevenindo e combatendo sua disseminação entre as crianças e adolescentes da capital, recebeu parecer favorável o [PL 1281/14](#), de autoria do Bispo Fernando Luiz (PSB), que institui campanha permanente nas unidades de educação infantil (UMEIs) e escolas fundamentais da rede municipal. O texto prevê a criação de uma equipe multidisciplinar, com a participação de professores, pais, alunos e voluntários para a promoção de atividades didáticas e informativas sobre o tema.

Já a exigência de carteira de vacinação atualizada nas unidades da rede municipal de ensino, proposta no [PL 1247/14](#), de Veré da Farmácia (PTdoB) recebeu parecer pela rejeição. Segundo a justificativa do relator, a matéria já se encontra regulamentada na legislação municipal. Pela mesma razão, também foi rejeitado o [PL 1306/14](#), do ex-vereador Marcelo Aro, que dispõe sobre o acompanhamento escolar de educandos especiais.

O [PL 1223/14](#), de Joel Moreira Filho (PTC), que determina a presença de profissional de enfermagem nas UMEIs teve o parecer pela aprovação rejeitado pelos demais integrantes, sendo designado um novo relator para a matéria.

ONGs

Também assinado por Veré da Farmácia, recebeu parecer pela aprovação o [PL 1370/14](#), que obriga ONGs, associações e cooperativas a prestar contas e divulgar suas ações sempre que receberem, a qualquer título, valores, bens e benefícios do Executivo Municipal. Segundo o relator, iniciativas que promovam maior transparência na aplicação dos recursos públicos são sempre bem vindas.

PLs do Executivo

Na reunião, os vereadores aprovaram ainda os pareceres favoráveis dos relatores aos PLs [1338/14](#) e [1388/14](#), ambos de autoria do Executivo que dispõem, respectivamente, sobre a concessão de jazigos nos cemitérios municipais e a criação do cargo de Controlador de Tesouraria dos Restaurantes Populares.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quarta-Feira, 4 Março, 2015 - 00:00
